

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Romi enfrentou com sucesso um ano que foi marcado por grandes desafios. Em 2006, o crescimento econômico ficou aquém das expectativas e a taxa cambial refletiu uma moeda valorizada. Estes fatores impactaram nos negócios da empresa. O menor crescimento da economia desestimulou os investimentos produtivos e o Real valorizado prejudicou a competitividade das exportações e aumentou a demanda por produtos importados. Atenta a este quadro, a Romi adotou uma estratégia de negócios para se adaptar a este ambiente. Investiu na modernização de suas unidades, lançou novos produtos, ampliou seus mercados de atuação e implementou medidas para aumentar sua eficiência operacional e reduzir seus custos. Como consequência desta estratégia, os resultados alcançados pela Romi em 2006 foram recordes em seus 76 anos de existência, com receita líquida de R\$ 548,9 milhões, lucro líquido de R\$ 82,3 milhões e geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, totalizando R\$ 108,2 milhões. O cenário que se apresenta para 2007 é de melhores oportunidades. A redução gradativa das taxas de juros, o crescimento real da massa de salários, a expansão do crédito e a estabilidade da inflação são fatores que poderão contribuir positivamente para a retomada do crescimento econômico em patamares mais adequados às necessidades do país. A Romi está preparada para um novo ciclo de crescimento. Possui uma carteira de clientes diversificada e consistente, uma equipe de colaboradores altamente qualificada e uma administração que mantém como eixo fundamental a criação de valor, de maneira sustentável, para seus acionistas, clientes, funcionários e parceiros de negócio.

Américo Emílio Romi Neto – Presidente do Conselho de Administração

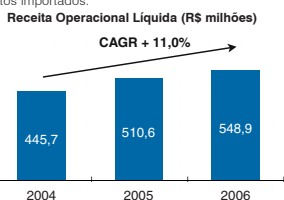
2. CONJUNTURA ECONÔMICA E DESEMPENHO GERAL

Os dois principais fatores econômicos que afetam os negócios da Companhia são o crescimento econômico do país, notadamente do setor industrial, e a taxa de câmbio. A performance da empresa apresenta boa correlação com o desempenho da economia, uma vez que seus produtos classificam-se como investimentos de capital. A taxa de câmbio, além dos efeitos nas exportações da Companhia, influencia diretamente os preços de seus produtos, sendo que seus principais competidores são concorrentes do mercado externo.

As perspectivas para o ano 2006, similarmente ao que ocorreu em 2005, apontavam para um crescimento do PIB da ordem de 4%, após um crescimento de 2,3% em 2005. No último trimestre de 2005, os analistas já apontavam para um crescimento menor que o esperado, devendo a variação do PIB em 2006 ficar na ordem de 2,8%. Possivelmente, a redução das expectativas só não foi maior em função da queda gradativa e significativa das taxas de juros pelo Banco Central. Outro aspecto importante foi que as taxas de câmbio das principais moedas estrangeiras apresentaram relativa estabilidade, mas ainda comportando mais uma apreciação do Real, da ordem de 8%. Os dados das variações das taxas de câmbio não têm mais sugerido uma retomada de um processo de desvalorização do Real, premissa esta que a Companhia tem adotado para condução de seus negócios, tanto em nível concorrencial quanto em relação às suas exportações.

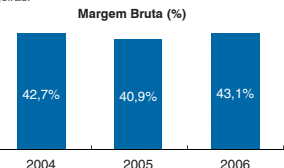
3. RECEITA OPERACIONAL

Apesar do crescimento econômico abaixo das expectativas e da moeda apreciada, houve crescimento físico de vendas nas três unidades de negócios da Companhia. O volume de vendas de Máquinas-Ferramenta evoluiu 10,1%, o de Máquinas Injetoras de Plástico cresceu 46,4% e a tonelagem de Fundidos e Usinados aumentou 8,3%. A Receita Operacional Líquida consolidada evoluiu 7,5% em comparação a 2005, atingindo R\$ 548,9 milhões, contra R\$ 510,6 milhões em 2005, crescimento este que foi restringido por reduções de preços necessárias para fazer face, principalmente, aos produtos importados.



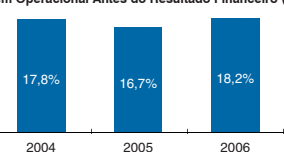
4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2006, a margem bruta da Companhia evoluiu 2 pontos percentuais em relação a 2005, atingindo 43%. Este crescimento deveu-se a um melhor aproveitamento dos custos de mão-de-obra, em conjunto com uma redução do custo dos materiais importados, decorrente da desvalorização das taxas de câmbio de moedas estrangeiras.



O aumento médio das Despesas Operacionais de 2006, em relação ao ano de 2005, foi de 10,8%, ligeiramente superior ao crescimento da receita de vendas, e decorreu basicamente dos aumentos salariais decorrentes dos acordos coletivos com o sindicato da classe. Desde 2002 os sindicatos ligados à Força Sindical têm conseguido aumentos reais de salários, fato este que, cumulativamente, teve um impacto nos gastos operacionais de 2006.

Margem Operacional Antes do Resultado Financeiro (%)

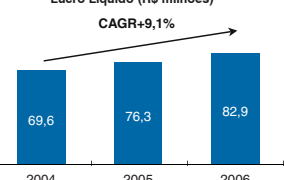


A recuperação de 1,5 pontos percentuais da margem operacional antes dos resultados financeiros em 2006, em relação à receita de vendas, decorreu basicamente da recuperação da margem bruta média, em função da redução proporcional dos custos.

O resultado financeiro consolidado foi positivo em R\$ 10,1 milhões em 2006, comparado ao resultado positivo de R\$ 11,9 milhões alcançado em 2006. Apesar de ter ocorrido um incremento nos ativos financeiros líquidos, os menores rendimentos oferecidos pelo mercado, em função da queda da taxa de juros foram os responsáveis pela redução ocorrida.

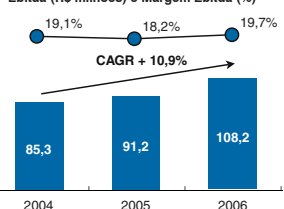
Esses fatores permitiram à Companhia obter um Lucro Líquido do Exercício de 2006, de R\$ 82,9 milhões, superior em 8,6%, ao resultado obtido em 2005, um crescimento ligeiramente superior ao crescimento da Receita Operacional Líquida, mantendo a margem líquida de 15,1%, evidenciando a capacidade da Companhia de, rapidamente, ajustar-se aos eventos econômicos nacionais e internacionais.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), alcançou R\$ 108,2 milhões em 2006, com crescimento de 16,7% em relação a 2005. O efeito combinado do crescimento da receita operacional e da melhoria da margem bruta permitiu este crescimento. A margem EBITDA evoluiu de 18,2% da Receita Líquida em 2005 para 19,7% em 2006.

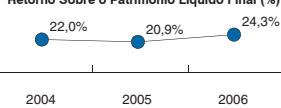
Ebitda (R\$ milhões) e Margem Ebitda (%)



A análise do retorno do investimento, mensurado com o Patrimônio Líquido final mostra, em 2006, uma boa rentabilidade, de 24,3%, superior ao percentual obtido em 2005, que foi de 20,9%. Além do maior montante de lucro líquido obtido em 2006, parte da melhoria da rentabilidade deveu-se pela distribuição mais agressiva de lucros aos acionistas, liberando parte dos lucros retidos em exercícios anteriores.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

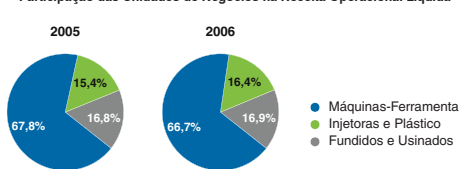
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido Final (%)



5. DESEMPENHO DAS UNIDADES DE NEGÓCIOS

As operações, produtos e serviços da Controladora são organizados em três unidades de negócios. A unidade de negócios de Máquinas-Ferramenta, que congrega as linhas de Tornos Convencionais, Tornos a CNC, Centros de Usinagem e Ferramentas de precisão Romicon®, é a maior unidade de negócios da Companhia, e foi responsável em 2006, por 67,7% da Receita Operacional Líquida, participação ligeiramente inferior ao ano de 2005, que foi de 67,8%. O melhor desempenho da receita de vendas foi o da unidade de negócios de máquinas Injetoras de Plástico, que apresentou um crescimento de 12,8% em 2006 em relação a 2005, respondendo, em 2006, por 16,4%, contra 15,4% em 2005. A unidade de negócios de Fundidos e Usinados, realizou vendas, em 2006, que correspondem a 16,9% da Receita Operacional Líquida, percentual de participação similar ao exercício anterior.

Participação das Unidades de Negócios na Receita Operacional Líquida



A receita de vendas de Máquinas-Ferramenta é que tem apresentado um menor crescimento nos últimos dois anos, basicamente porque a Companhia já detém uma parcela significativa do *market share*. O mercado interno não cresceu com grande vigor em 2005 e 2006, e, além disso, a Companhia teve que reduzir seus esforços de exportação nesses dois anos, para se ajustar ao novo cenário cambial.

A receita de vendas da unidade de negócios de Injetoras de Plástico é que apresentou um melhor desempenho de faturamento nesses dois últimos anos, em função basicamente de três fatores: a) o lançamento de uma nova linha de máquinas, mais despojada e de menor tamanho, onde praticamente não atuava, denominada Linha Prático, para concorrer com setores de menor poder aquisitivo e que atuam em mercados de menor necessidade de conteúdo tecnológico; b) a entrada agressiva da concorrência chinesa com produtos de baixo preço, mesmo dificultando nossos esforços de venda, não conseguiu impedir a Companhia de ganhar fatia de mercado dos produtores nacionais, que não têm as vantagens competitivas da Companhia, como assistência técnica em nível nacional e oferta de financiamento via BNDES; c) uma política agressiva de preços, na Linha Prática, no final de 2005 e início de 2006, para aumentar a participação no *market share*.

A unidade de negócios de Fundidos e Usinados apresentou um bom crescimento em 2005, com a ênfase na venda de fundidos com maior valor agregado – peças fundidas com a agregação de serviços de usinagem, até a ocupação de toda a capacidade fabril. O crescimento de 2006 foi o crescimento possível em função da capacidade instalada, já que os investimentos feitos nesta unidade de negócios desde 2005, para ampliação da capacidade produtiva em mais 80%, só começaram a ser ocupados ao final de 2006.

As margens obtidas nesses três exercícios têm relação com os eventos já relatados. Na unidade de negócios de Máquinas-Ferramenta a Companhia tem conseguido, mesmo com um crescimento modesto, manter, grosso modo, as margens brutas e operacionais, com um pequeno crescimento favorável. A queda da margem operacional em 2006 da unidade de negócios de Injetoras de Plástico deveu-se aos investimentos em preços de venda para obtenção do *market share*. As margens da unidade de negócios de Fundidos e Usinados, após um desempenho excelente em 2004, com o máximo possível de absorção dos custos e despesas fixas e obtenção de boas margens nas exportações, em função da taxa de câmbio, apresentou queda em 2005 com a incorporação de custos fixos adicionais pelo aumento da capacidade instalada, retomando margens adequadas em 2006.

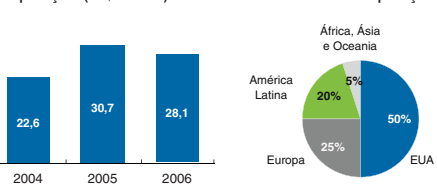
Desempenho das Unidades de Negócio - Controladora

Receita Operacional Líquida	2004		2005		2006		Variação Percentual	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	05/04	06/05
Máquinas-Ferramenta	314.290	70,7%	343.945	67,8%	359.846	66,7%	9,4%	4,6%
Injetoras de Plástico	57.754	13,0%	78.343	15,4%	88.370	16,4%	35,6%	12,8%
Fundidos e Usinados	72.432	16,3%	85.327	16,8%	91.112	16,9%	17,8%	6,8%
Total	444.476	100,0%	507.615	100,0%	539.328	100,0%	14,2%	6,2%
Margem Bruta								
Máquinas-Ferramenta	134.822	42,9%	149.174	43,4%	168.507	46,8%	10,6%	13,0%
Injetoras de Plástico	21.492	37,2%	29.042	37,1%	30.040	34,0%	35,1%	3,4%
Fundidos e Usinados	32.747	45,2%	26.822	31,4%	31.240	34,3%	-18,1%	15,5%
Gerar da Controladora	189.061	42,5%	205.038	40,4%	229.787	42,6%	8,5%	12,1%
Margem Operacional								
Máquinas-Ferramenta	53.296	17,0%	59.091	17,2%	71.179	19,8%	10,9%	20,5%
Injetoras de Plástico	3.957	6,9%	8.716	11,1%	6.479	7,3%	120,3%	-25,7%
Fundidos e Usinados	23.170	32,0%	15.870	18,6%	19.059	20,9%	-31,5%	20,1%
Gerar da Controladora	80.423	18,1%	83.677	16,5%	96.717	17,9%	4,0%	15,6%

6. MERCADOS

A evolução das taxas das moedas estrangeiras ao longo de 2006 não estimularam as exportações da Companhia neste período. A estabilidade das cotações do câmbio mais ao final do ano permite vislumbrar, com mais clareza, a condução da política cambial por parte do governo. Nesse sentido, a Companhia já conseguiu se reposicionar em termos de custos e competitividade de preços. As perspectivas são de incremento das exportações para os próximos anos. Em 2006, as exportações representaram 11,3% do Total da Receita Operacional Líquida da Companhia, inferior à participação de 2005, que foi de 14,6%. O montante exportado foi de US\$ 28,1 milhões, contra US\$ 30,7 milhões em 2005. A unidade de negócios de Máquinas-Ferramenta foi responsável por 61,9% das exportações e o restante foi obtido com vendas da unidade de negócios de Fundidos e Usinados. Não houve exportações pela unidade de negócios de Injetoras de Plástico. O principal mercado consumidor das exportações continua sendo os Estados Unidos com 50,5% das vendas para o mercado externo, seguido da Europa com 24,9% e a América do Sul com 17,5%, com destaque para a Argentina com 9,4%.

Exportações (US\$ milhões) Destino das Exportações



Os principais segmentos compradores de nossos produtos no mercado interno, em 2006, foram do segmento de prestação de serviços, segmento automotivo e indústria de máquinas e equipamentos, no caso de Máquinas-Ferramenta. Os principais clientes compradores de máquinas Injetoras de Plástico, em 2006 foram dos segmentos de embalagens, automotivos, prestação de serviços e utilidades domésticas. Os principais clientes de Fundidos e Usinados concentram-se na indústria automotiva pesada (caminhões e tratores), indústria automotiva leve (autopeças) e bens de capital.

Principais Setores Atendidos pela Romi



7. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

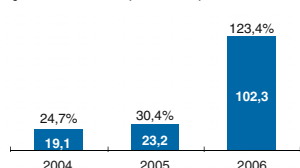
A Companhia tem como política a distribuição mínima de 33% do Lucro Líquido do Exercício para os acionistas. Em 2006, a Companhia aprovou a distribuição de dois lotes complementares de dividendos, além de Juros sobre o Capital Próprio nos limites possíveis da legislação, tendo em vista que havia montante suficiente de lucros acumulados de exercícios anteriores, classificados como Reservas de Lucros. A distribuição desses lucros adicionais foi possível, uma vez que a Companhia conseguiu realizar o financiamento dos investimentos de capital ocorridos até 2006, com os próprios lucros gerados, excedentes às distribuições realizadas nos últimos anos. O Conselho de Administração aprovou, em 10/05/06, o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, que foram efetuados em 19/07/06 e 19/12/06. A primeira parcela foi de R\$ 2,13 por ação, para os portadores de ações preferenciais, e de R\$ 1.9364 por ação, para os portadores de ações ordinárias, num total de R\$ 13,3 milhões. A segunda parcela foi de R\$ 2,06 por ação, para os portadores de ações preferenciais, e de R\$ 1,8727 por ação, para os portadores de ações ordinárias. O montante distribuído na segunda parcela foi de R\$ 12,8 milhões. Os referidos pagamentos poderão ser imputados ao valor dos dividendos obrigatórios, a critério da AGO de 2006. O total distribuído, referente ao exercício de 2006, de Juros sobre o Capital Próprio, líquido do imposto de renda na fonte de 15%, foi de R\$ 22,2 milhões. Em 13/12/06, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos aos seus acionistas no valor de R\$ 49,0 milhões, sendo R\$ 7,8551 por ação, para os portadores de ações preferenciais e R\$ 7,1410 por ação, para os portadores de ações ordinárias a serem pagos em 13/02/07. Em 07/02/07, o Conselho de Administração aprovou a proposta de pagamento de dividendos, da ordem de R\$ 5,00 por ação, para os portadores de ações preferenciais e de R\$ 4,5454 por ação, para os portadores de ações ordinárias, num montante de R\$ 31,2 milhões, a serem pagos em 05/04/07.

Distribuição de Resultados em 2006

Data	Tipo	Preferenciais	Ordinárias	Valor por Ação *	Valor Total
10.05.2006 - RCA	Juros sobre o Capital Próprio	1.81050	1.64594	1,64594	11.282
01.11.2006 - RCA	Juros sobre o Capital Próprio	1.75100	1.59180	1,59180	10.911
13.12.2006 - RCA	Dividendos	7.55000	7.14100	4,85000	48.950
31.12.06 - Proposta	Dividendos	8.00000	4.54540	3,1158	31.158
	Soma	16,4166	14,9241	102,302	

* Líquido do IRRF no caso de Juros sobre o Capital Próprio. O montante geral de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos aprovados para distribuição totaliza R\$ 102,3 milhões, que representa um incremento de 341,0%, em relação à distribuição efetuada em 2005 e corresponde a 123,4% do Lucro Líquido do Exercício.

Distribuição de Dividendos (R\$ milhões) e % do Lucro Líquido



8. CAPITAL SOCIAL E MERCADO ACIONÁRIO

A Assembleia Geral Extraordinária de 29/03/06 aprovou o aumento do Capital Social no valor de R\$ 40 milhões, sem emissão de ações, oriundo da conta de Reservas de Lucros. Conseqüentemente, o Capital Social em 31/12/06 passou a ser de R\$ 260 milhões. Em 07/12/06, a Companhia divulgou em fato relevante, a deliberação da sua acionista controladora Fênix Empreendimentos S.A., que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no mesmo dia, decidiu que votará favoravelmente em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser oportunamente convocada, quanto à autorização de eventual aumento de capital da Companhia, com emissão de ações, para distribuição pública no Novo Mercado, a ser realizada nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29/12/2003, com o objetivo de capitalizar a Companhia para realizar investimentos. Em 31/01/07, a Administração da Companhia convocou Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 15/02/07, para deliberar sobre as seguintes propostas, com o objetivo de criação de bases para sua sustentação, crescimento e perpetuação dos negócios e atividades da Companhia: a) desdobramento das ações, sem valor nominal, quando cada 1 (uma) ação atual passará a ser representada por 10 (dez) ações pós-desdobramento, da respectiva espécie; b) adesão ao Novo Mercado da Bovespa e Conversão de Ações PN em ON, para que as ações PN sejam convertidas em ações ON à razão de 10 (dez) ações preferenciais para 9 (nove) ações ordinárias; c) reforma estatutária com o objetivo de adequar o Estatuto Social da Companhia ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa.

O valor de mercado da Companhia, em dezembro de 2006, mensurado pela cotação das ações na Bovespa, de R\$ 998,6 milhões, excede em 193% o valor patrimonial, e representa um incremento de 107%, em relação ao valor de mercado acionário de 31/12/05. Na avaliação da Administração, o aumento expressivo do valor da Companhia no mercado acionário reflete a confiança dos investidores na Companhia, tanto nos aspectos operacionais, econômicos e financeiros, quanto em razão do avanço nas práticas de governança corporativa que a Companhia tem adotado, preparando-a para a entrada no Novo Mercado, sendo um dos elementos principais a nova formação do Conselho de Administração. Fazem parte também deste processo, a divulgação de releases trimestrais de resultados, o novo site de Relações com Investidores e a realização, em 17/11/06, de reunião pública com analistas e profissionais de investimento do mercado de capitais.

9. GESTÃO AMBIENTAL E ATUAÇÃO SOCIAL

A Companhia tem seu sistema de Gestão Ambiental certificado pela norma internacional ISO 14001, já em sua versão mais atualizada, cujo certificado foi emitido em 12 de agosto de 2005 e renovado em 2006. Além de todos os investimentos em sistemas e treinamentos internos, a Companhia investiu neste projeto, até o final de 2006, o montante de R\$ 9,4 milhões.

A Companhia mantém uma política de benefícios aos seus funcionários, visando à sustentabilidade dos instrumentos disponibilizados. Além disso, procura, por si ou por meio da Fundação Romi, da qual é mantenedora, fazer investimentos sociais em prol da comunidade, dentro da mesma política. Desde 2003, além de destinar a parcela de 1% do Imposto de Renda devido para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), a Companhia adotou um programa de incentivo junto a seus funcionários, para que estes, também, destinassem a parcela a que têm direito as pessoas físicas. O programa tem apresentado um resultado elogiável e crescente e, em 2006 foram destinados pelos funcionários da Companhia o montante de 172 mil reais ao FDCA.

Dados de Atuação Social - Valores em mil reais	2005	2006	Variação %
Número de Empregados em 31/12/06	2.330	2.401	3,05%
Fundo de pagamento total com encargos	139.343	156.741	12,49%
Impostos e Contribuições Recolhidos	117.540	135.489	15,27%
Investimentos em Treinamento	2.846	2.926	2,81%
Transporte, Alimentação, Assistência Médica e Odontológica	9.036	9.774	8,17%
Esportes e Recreação dos funcionários	719	368	-48,22%
Previdência Privada dos funcionários	4.108	3.110	-24,29%
Meio Ambiente	3.031	869	-71,33%
Programa de Participação nos Lucros e Resultados	11.413	12.428	8,89%
Investimentos Sociais	1.037	1.539	48,41%
Doação dos funcionários - Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	163	172	5,52%

10

...Continuação

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação, de 2006 e de 2005, expresso em reais)

Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Mercado interno	594.561	542.686	477.276	599.100	545.034	478.285
Mercado externo	60.187	74.653	64.864	65.434	75.255	65.118
	654.748	617.339	542.140	664.534	620.289	543.403
Impostos incidentes sobre vendas	(115.420)	(109.724)	(97.664)	(115.586)	(109.724)	(97.664)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	539.328	507.615	444.476	548.948	510.565	445.739
Custo dos produtos e serviços vendidos	(309.541)	(302.577)	(255.415)	(312.401)	(301.868)	(255.627)
LUCRO BRUTO	229.787	205.038	189.061	236.547	208.697	190.112
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Vendas	(60.955)	(57.218)	(51.953)	(58.076)	(50.896)	(45.262)
Gerais e administrativas	(41.193)	(36.393)	(33.506)	(47.114)	(43.498)	(41.209)
Pesquisa e desenvolvimento	(21.105)	(18.818)	(16.324)	(21.105)	(18.818)	(16.324)
Honorários da administração	(4.845)	(3.594)	(3.157)	(5.339)	(4.716)	(4.335)
Tributárias	(4.972)	(5.338)	(3.698)	(4.997)	(5.378)	(3.717)
Resultado de equivalência patrimonial	Nota 9	3.642	2.896	(179)	-	-
Total das despesas operacionais	(129.428)	(118.465)	(108.817)	(136.631)	(123.306)	(110.847)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	100.359	86.573	80.244	99.916	85.391	79.265
RESULTADO FINANCEIRO						
Receita financeira	11.739	12.903	10.445	13.282	14.438	12.356
Despesa financeira	(2.265)	(2.844)	(1.779)	(2.572)	(3.217)	(2.329)
Receita de variação cambial	891	5.094	637	891	5.094	637
Variação cambial sobre investimentos em controladas no exterior	Nota 9	(1.460)	(4.405)	(1.460)	(4.405)	(1.440)
Total do resultado financeiro	8.638	10.661	7.615	10.141	11.910	9.224
LUCRO OPERACIONAL	108.997	97.234	87.859	110.057	97.301	88.489
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	(81)	552	994	163	1.179	685
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	108.916	97.786	88.853	110.220	98.480	89.174
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Corrente	Nota 19	(23.523)	(20.502)	(20.514)	(24.552)	(21.123)
Diferido	Nota 19	628	1.854	3.620	628	1.854
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	86.021	79.138	71.959	86.296	79.211	71.969
Participação dos administradores	(3.100)	(2.792)	(2.392)	(3.100)	(2.792)	(2.392)
Participação minoritária	-	-	-	(275)	(73)	(10)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	82.921	76.346	69.567	82.921	76.346	69.567
Lucro líquido por ação componente do capital social no final do exercício de 2006 e de 2005 - em R\$ (por lote de mil de ações em 2004)		12,67	11,66	21,26	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004
ORIGENS DE RECURSOS						
Lucro líquido do exercício	82.921	76.346	69.567	82.921	76.346	69.567
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:						
Depreciações	Nota 11	11.109	8.536	7.276	11.488	8.978
Baixas do ativo imobilizado	Nota 11	936	125	197	1.301	437
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Nota 19	(628)	(1.854)	(3.620)	(628)	(1.854)
Aumento (diminuição) da provisão para passivos eventuais	Nota 16	(65)	(592)	4.157	(65)	(592)
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos no exterior						
líquidos dos dividendos recebidos de controladas	Nota 9	(2.305)	(2.809)	427	-	-
Participação minoritária					174	73
Recursos provenientes das operações	91.968	79.752	78.004	95.191	83.388	78.262
Diminuição do realizável a longo prazo, líquido					7.061	-
Aumento do exigível a longo prazo, líquido					379	-
Transferência de impostos diferidos do ativo não circulante para o circulante					-	-
Novos financiamentos de longo prazo, líquidos		1.033	-	-	-	-
Total das origens	105.474	95.382	79.837	107.654	95.636	83.413
APLICAÇÕES DE RECURSOS						
Aquisições de imobilizado	Nota 11	50.867	29.370	16.717	51.554	29.455
Investimentos em controladas	Nota 9	21	-	-	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	Nota 9	9	-	-	9	-
Dividendos propostos - controladora	Nota 17	80.108	-	-	80.108	-
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/1995	Nota 17	26.110	27.282	22.434	26.110	27.282
Aumento de impostos e contribuições e outros créditos - não circulante		4.313	3.172	5.519	3.211	3.177
Aumento do realizável a longo prazo, líquido		8.956	-	13.023	8.956	-
Redução do exigível a longo prazo, líquido		1.624	-	857	1.624	-
Total das aplicações	172.008	59.824	58.550	171.572	59.914	57.450
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(66.534)	35.558	21.287	(63.918)	35.750	25.963
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO						
Ativo circulante final	468.194	423.242	396.331	483.997	440.684	420.678
Passivo circulante final	300.597	189.111	197.758	300.237	193.006	208.750
	167.597	234.131	198.573	183.760	247.678	211.928
Ativo circulante inicial	423.242	396.331	232.938	440.684	420.678	250.160
Passivo circulante inicial	189.111	197.758	155.262	193.006	208.750	64.195
	234.131	198.573	57.656	247.678	211.928	185.965
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(66.534)	35.558	21.287	(63.918)	35.750	25.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
					Reserva de lucros	Reserva legal		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003		89.762	2.052	35.224	127.067	14.296	-	268.401
Realização da reserva de reavaliação	Nota 11	-	-	(1.663)	-	-	1.663	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	69.567	69.567
Destinações:								
Reserva legal	Nota 17	-	-	-	-	3.478	-	(3.478)
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/95	Nota 17	-	-	-	-	-	(22.434)	(22.434)
Reservas de lucros	Nota 17	-	-	-	45.318	-	(45.318)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004		89.762	2.052	33.561	172.385	17.774	-	315.534
Realização da reserva de reavaliação	Nota 11	-	-	(1.562)	-	-	1.562	-
Aumento do capital social	Nota 17	130.238	-	-	(130.238)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	76.346	76.346
Destinações:								
Reserva legal	Nota 17	-	-	-	-	3.817	-	(3.817)
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/95	Nota 17	-	-	-	-	-	(27.282)	(27.282)
Reserva de lucros	Nota 17	-	-	-	46.809	-	(46.809)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		220.000	2.052	31.999	88.956	21.591	-	364.598
Realização da reserva de reavaliação	Nota 11	-	-	(1.594)	-	-	1.594	-
Aumento do capital social	Nota 17	40.000	-	-	(40.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(48.950)	-	82.921	82.921
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(31.158)	(80.108)
Destinações:								
Reserva legal	Nota 17	-	-	-	-	4.146	-	(4.146)
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/95	Nota 17	-	-	-	-	-	(26.110)	(26.110)
Retenção de lucros	Nota 17	-	-	-	23.101	-	(23.101)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		260.000	2.052	30.405	23.107	25.737	-	341.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
(Valores expressos em milhares de reais) - ANEXO I

Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004
Fluxo de caixa de atividades operacionais:						
Lucro líquido do exercício	82.921	76.346	69.567	82.921	76.346	69.567
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das (aplicadas nas) atividades operacionais						
Depreciação	Nota 11	11.109	8.536	7.276	11.488	8.978
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		739	121	110	739	121
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos no exterior, líquido dos dividendos recebidos de controladas	Nota 9	(2.305)	(2.809)	427	-	-
Perda (ganho) na alienação de imobilizado	Nota 11	853	(754)	(834)	1.098	(612)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de transações com partes relacionadas, duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos	Nota 19	1.458	1.103	6.220	(197)	760
Imposto de renda e contribuição social diferidos para passivos eventuais, líquida	Nota 16	(628)	(1.854)	(3.620)	(628)	(1.854)
Participação minoritária		(65)	(592)	4.157	(65)	(592)
Efeito do lucro nos estoques - saldo inicial		-	-	-	174	73
Variação nos ativos operacionais:						
Duplicatas a receber	Nota 5	22.490	377	10.521	25.422	671
Duplicatas a receber - partes relacionadas	Nota 10	1.998	(5.682)	(7.308)	-	-
Valores a receber - repasse Finame fabricante	Nota 6	(203.135)	(31.620)	(76.957)	(203.135)	(31.620)
Estoques	Nota 7	(6.955)	33.033	(73.369)	(5.131)	33.040
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos	Nota 8	(3.921)	(2.121)	(3.149)	(15.482)	(2.251)
Outros valores a realizar		(572)	1.953	(1.510)	1.209	2.215
Variação nos passivos operacionais:						
Fornecedores		(2.924)	(6.690)	16.715	(2.871)	16.772
Salários e encargos sociais	Nota 14	4.530	1.417	5.500	4.541	1.417
Impostos e contribuições a recolher	Nota 15	(2.068)	4.609	(238)	(2.068)	4.609
Adiantamentos de clientes		(7.474)	(1.634)	8.991	(7.318)	(1.634)
Outras contas a pagar - partes relacionadas	Nota 10	285	(119)	1.405	(464)	237
Imposto de renda e contribuições social sobre realização da reserva de reavaliação	Nota 11	(821)	(805)	(857)	(524)	(805)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	(103.302)	72.353	(38.431)	(98.840)	82.478	(44.903)
Fluxo de caixa de operações de investimentos:						
Aquisição de imobilizado	Nota 11	(50.867)	(29.370)	(16.717)	(51.554)	(29.455)
Venda de imobilizado	Nota 11	83	879	1.031	203	1.049
Investimentos em controladas	Nota 9	(21)	-	-	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	Nota 9	(9)	-	-	(9)	-
Caixa oriundo das atividades de investimentos	(50.814)	(28.491)	(15.686)	(51.360)	(28.406)	(16.078)
Fluxo de caixa de atividades financeiras:						
Juros sobre o capital próprio distribuídos	Nota 17	(25.490)	(26.781)	(21.341)	(24.501)	(26.781)
Novos empréstimos e financiamentos	Nota 12					

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia possui R\$ 6.127 em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 10.117 em 2005) em operações de Vendedor com seus clientes. Nessas operações a Companhia figura como solidária responsável. Caso haja inadimplência por parte do cliente, a Companhia arca com o pagamento à instituição financeira, mediante sub-rogação da garantia do bem alienado ao agente financiador.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no país em 31 de dezembro de 2006, da controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

Vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.498	
De 31 a 60 dias	1.107	
De 61 a 90 dias	11	
De 91 a 180 dias	36	
De 181 a 360 dias	398	
Mais de 360 dias	325	
Total vencido	5.425	
A vencer até 31 de dezembro de 2007	28.190	
	33.615	

O saldo de duplicatas a receber de clientes no exterior em 31 de dezembro de 2006 da controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.187	3.825
De 31 a 60 dias	64	512
De 61 a 90 dias	89	256
De 91 a 180 dias	302	320
Total vencido	1.642	4.913
A vencer até 31 de dezembro de 2007	8.756	12.031
	10.398	16.944

O histórico de perda com clientes não é relevante, visto que os produtos adquiridos pelos mesmos, quando financiados, ficam fiduciariamente alienados à Companhia. Em caso de inadimplência a Companhia reintegra a posse das máquinas anteriormente vendidas.

6. VALORES A RECEBER – REPASSE FINAME FABRICANTE

	2006	Controladora e Consolidado 2005	2004
Circulante			
Finame a vencer	158.650	107.146	88.353
Finame aguardando liberação (a)	3.954	5.954	5.508
Finame em atraso (b)	8.304	6.128	3.871
	170.908	119.228	97.732

Os valores a receber – repasse Finame fabricante, são compostos pelos montantes vinculados aos contratos de financiamento – Finame fabricante (vide Nota 13), a receber dos clientes financiados, a serem repassados integralmente ao banco interveniente da operação.

A Companhia, anteriormente, classificava os passivos dos financiamentos de Finame fabricante, como redutores dos valores a receber – repasse Finame fabricante, tendo em vista as características da operação de financiamento e a vinculação direta existente entre as duas transações. Considerando a edição de novas normas pelos órgãos reguladores, especificamente a Deliberação CVM nº 488 (vide Nota 2), a Administração da Companhia procedeu à reclassificação para o passivo circulante e não circulante dos saldos financiados de vendas a clientes, procedendo também, para permitir a comparação das demonstrações financeiras, à reclassificação dos mesmos saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004.

Finame fabricante refere-se a financiamentos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência e juros entre 4% e 7,5% ao ano acrescidos da TJLP (taxa de juros de longo prazo), sendo que tais condições de financiamento são estabelecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”), com base nas características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES, mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos do financiamento são integralmente refletidas nos valores a receber a serem repassados ao banco interveniente do contrato, com reserva de domínio do equipamento objeto do financiamento.

Os valores a receber – repasse Finame fabricante, são representados por:

a) Finame aguardando liberação: Refere-se a operações de Finame fabricante que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos recursos respectivos em contábil da Companhia pelo banco agente encontrava-se pendente na data das demonstrações financeiras, em função dos prazos normais operacionais do banco agente;

b) Finame em atraso: Refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia não registrou provisão para eventual perda na realização desse saldo, em função da reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real).

O saldo de valores a receber – repasse Finame Fabricante (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2006, da controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.374	
De 31 a 60 dias	1.081	
De 61 a 90 dias	901	
De 91 a 180 dias	1.857	
De 181 a 360 dias	1.268	
Mais de 360 dias	746	
Total vencido	8.227	
A vencer em 2007	162.681	
A vencer em 2008	117.303	
A vencer em 2009	88.881	
A vencer após 2009	53.394	
	430.486	

7. ESTOQUES

	2006	2005	Controladora 2004	2006	2005	Consolidado 2004
Produtos acabados	50.680	49.660	40.504	59.924	60.758	51.609
Produtos em elaboração	66.487	61.315	67.141	66.487	61.315	67.141
Matéria-prima e componentes	51.504	49.179	78.916	51.504	49.179	78.916
Importações em andamento	3.556	2.825	4.601	3.556	2.825	4.601
Provisão para realização dos estoques	(11.681)	(9.418)	(4.568)	(11.681)	(9.418)	(4.568)
	160.546	153.561	186.594	169.790	164.659	197.699

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2006	2005	2004
Circulante			
IRRF sobre as aplicações financeiras		524	794
IP, PIS e COFINS a recuperar		3.335	2.471
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado		1.660	1.209
PIS e COFINS a recuperar sobre ativo imobilizado		1.103	610
Controladora	6.622	5.378	5.720
Impostos a recuperar nas empresas controladas	410	300	461
Consolidado	7.032	5.678	6.181

PIS e COFINS a recuperar sobre ativo imobilizado

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Controladora e consolidado

Os impostos e contribuições a recuperar decorrem das operações mercantis e financeiras realizadas pela Companhia e controladas e são considerados realizáveis no curso normal das operações.

9. INVESTIMENTOS

	Romi Europa	Rominor	Romi Machine Tools	Interocean	Favel	Total
Número de ações representativas do capital social	-	6.191.156	3.000	78	13.028	-
Participação no capital social	100%	93.0711%	100%	100%	100%	-
Patrimônio líquido da controlada	884	21.105	2.007	26	1.693	25.715
Ajustes para equalização de prática contábil de controlada:						
Saldo inicial do investimento	846	17.010	2.540	26	1.503	21.925
Equivalência patrimonial	54	3.680	(151)	-	59	3.642
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(16)	-	(382)	-	131	(267)
Dividendos propostos	-	(1.070)	-	-	-	(1.070)
Adição de ações	-	23	-	-	-	23
Valor patrimonial equivalente – saldo final	884	19.643	2.007	26	1.693	24.253
Deságio – Rominor	-	-	-	-	-	(4.199)
Ágio – Rominor	-	-	-	-	-	-
Investimento em controladas						20.063

12. FINANCIAMENTOS

	2006	2005	Circulante 2004	2006	2005	Não Circulante 2004	Vencimento	Amortização	Encargos Financeiros	2006 Garantias
Capital de giro – moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	21/03/2006	Anual	Juros de 0,25% a 0,80% ao ano + LIBOR + variação cambial.	Nota Promissória/Aval
Financiamentos de importação – US\$	-	12.087	40.299	-	-	-	21/03/2006	Anual	Juros de 2,5% ao ano + TJLP, pagos mensalmente juntos da amortização do principal	Nota Promissória/Aval
Capital de giro – moeda nacional	1.712	-	-	3.417	-	-	21/08/2008	Mensal a partir de 21/09/2007	Juros de 2% ao ano + TJLP, pagos trimestralmente até Maio/2008 e mensal a partir dessa data	Aval da Rominor no montante de R\$ 3.232 mil
Imobilizado – Moeda nacional	54	-	-	10.006	-	-	15/11/2013	Mensal a partir de 15/06/2008	Juros de 2% ao ano + TJLP, pagos trimestralmente até Maio/2008 e mensal a partir dessa data	Alienação Fiduciária de Máquinas no montante contábil de R\$ 15.974 mil
FINAME diversos	4.011	3.654	1.014	10.393	11.343	3.153	15/05/2010	Mensal iniciada em 15/11/2005	Juros de 2% a 4% ao ano + TJLP, pagos mensalmente juntos da amortização do principal	Alienação Fiduciária da Máquina financiada.
Controladora	5.777	15.741	41.313	23.816	11.343	3.153				
Romi Machine Tools, Ltd. – capital de giro	11	3.009	10.702	9	19	3.373	11/07/2008	Semestral	Juros de 6,31% a 6,39% ao ano	Nota Promissória/Aval
Consolidado	5.788	18.750	52.015	23.825	11.362	6.526				

Os contratos de FINAME diversos possuem cláusula de vencimento antecipado caso haja mudança significativa no controle acionário da Companhia. Conforme mencionado na Nota nº 23, foi efetuada proposta pela Administração, a ser aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, de converter as ações preferenciais em ações ordinárias, em conexão com a adesão da Companhia ao regulamento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”), o que acarretará diluição do controle acionário. A Administração da Companhia planeja obter uma carta de consentimento (“waiver”) do BNDES com o objetivo de manter os vencimentos originais dos contratos de financiamento. As demonstrações financeiras não contemplam qualquer reclassificação dos saldos dos financiamentos obtidos junto ao BNDES em função deste assunto, tendo em vista que o eventual fato gerador de um evento de não cumprimento (“default”) ainda não existe e que a Administração entende que terá sucesso na obtenção do waiver junto ao BNDES.

A Companhia ofereceu como garantia na contratação de financiamentos em 31 de dezembro de 2006 máquinas e equipamentos no valor contábil de R\$ 15.974 mil (vide Nota 11).

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2006 são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2008	9.642	9.651
2009	5.216	5.216
Após 2009 e até 2011	8.958	8.958
Total	23.816	23.825

13. FINANCIAMENTOS – FINAME FABRICANTE

	2006	2005	2004
Circulante			
Finame fabricante	149.240	103.586	84.678
Não circulante			
Finame fabricante	232.154	90.322	82.447

Os contratos de financiamento Finame fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor. Os saldos dos financiamentos – Finame fabricante são diretamente relacionados com os saldos de Valores a receber – repasse Finame fabricante (vide Nota 6), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e aos prazos financiados no programa são integralmente repassados aos clientes financiados, sendo que os recebimentos mensais oriundos da rubrica de Valores a receber – repasse Finame fabricante são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamentos vinculados.

A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora deste financiamento. Conforme comentado na Nota 6, os passivos relacionados aos financiamentos – Finame fabricante, anteriormente, eram classificados como redutores dos saldos de Valores a receber – Repasse Finame fabricante. Tendo em vista a entrada em vigor de novas normas e regras contábeis, especificamente a Deliberação CVM nº 488, a Companhia reclassificou os saldos de financiamentos – Finame fabricante para o passivo circulante e não circulante. Para permitir a análise comparativa das demonstrações financeiras, a mesma reclassificação foi efetuada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004.

Os financiamentos Finame fabricante obtidos e repassados aos clientes tem prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência e juros entre 4% e 7,5% ao ano, acrescidos da TJLP (taxa de juros de longo prazo), sendo que tais condições de financiamento são estabelecidas pelo BNDES, com base nas características do cliente. Os saldos de Financiamentos e consequentemente, os saldos de Valores a receber – repasse Finame fabricante (vide Nota 6) em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até a data de encerramento dos exercícios. A diferença entre o saldo de Valores a receber – repasse Finame fabricante e o saldo de financiamentos – Finame fabricante refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações de Finame ainda não liberadas pelo banco agente.

Os vencimentos do Finame fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2006 são como segue:

	Controladora
2008	114.601
2009	77.029
Após 2009 e até 2011	40.524
Total	232.154

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2006	2005	2004
Salários a pagar	2.385	2.060	2.340
Provisão para férias e encargos	9.561	3.824	3.410
Encargos sociais	4.325	4.041	3.918
Participação nos resultados (Lei nº 10.101/2000)	9.598	11.414	10.254
Total Controladora	25.869	21.339	19.922
Salários a pagar nas empresas controladas	11	-	-
Total Consolidado	25.880	21.339	19.922

A participação nos resultados de empregados foi registrada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, nas rubricas custo dos produtos e serviços prestados, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, em função do centro de custo de referência de cada empregado (vide Nota 18).

	Romi Europa	Rominor	Romi Machine Tools	Interocean	Favel	Total
Número de ações representativas do capital social	-	6.161.156	3.000	78	13.028	-
Participação no capital social	100%	92,9576%	100%	100%	100%	-
Patrimônio líquido da controlada	846	18.299	3.198	26	1.503	23.872
Ajustes para equalização de prática contábil de controlada	-	-	656	-	-	656
Saldo inicial do investimento	1.091	16.065	394	31	1.537	19.118
Equivalência patrimonial	11	945	1.797	(5)	148	2.896
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(256)	-	351	-	(182)	(87)
Valor patrimonial equivalente – saldo final	846	17.010	2.542	26	1.503	21.927
Deságio – Rominor	-	-	-	-	-	(4.199)
Investimento em controladas						17.728

	Romi Europa	Rominor	Romi Machine Tools	Interocean	Favel	Total
Número de ações representativas do capital social	-	6.191.156	3.000	78	13.028	-
Participação no capital social	100%	92,9576%	100%	100%	100%	-
Patrimônio líquido da controlada	1.091	17.281	1.590	32	1.536	21.530
Ajustes para equalização de prática contábil de controlada	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial do investimento	428	15.902	1.244	45	1.926	19.545
Equivalência patrimonial	654	164	(13)	(13)	(233)	(179)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	9	-	(100)	-	(157)	(248)
Valor patrimonial equivalente – saldo final	1.091	16.066	393	32	1.539	19.118
Deságio – Rominor	-	-	-	-	-	(4.199)
Investimento em controladas						14.919

O deságio é resultante da aquisição, em 1992, de outra Sociedade pela controlada Rominor, com valor patrimonial superior ao valor de aquisição. Essa Sociedade adquirida, incorporou a Rominor e assumiu sua razão social, permanecendo o deságio na Sociedade resultante. O referido deságio, por estar substanciado em outras razões econômicas que não mais valia de ativos e rentabilidade futura, não está sendo amortizado, conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. No balanço patrimonial consolidado, o deságio é reclassificado para o passivo, após o grupo não circulante.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, os saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

	Controladora – 2006				Transações			
	Contas a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Mútuo a pagar	Vendas	Despesas com vendas	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Romi Europa	-	-	-	-	189	2.134	-	-
Rominor	920	89	-	-	-	1.069	-	-
Romi Machine Tools	10.072	1.407	3.055	-	13.297	-	181	-
Favel	-	75	-	801	-	476	-	13



Tradição em Inovar



Indústrias Romi S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 56.720.428/0001-63



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As ações preferenciais são garantidos os seguintes privilégios:

- 1) Prioridade no reembolso do capital, no caso de extinção, por qualquer forma, da Companhia, com prêmio idêntico ao que for atribuído às ações ordinárias.
2) Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital, em decorrência de capitalização de reservas e lucros.
Juros sobre capital próprio: a Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 26.110 (R\$ 27.282 em 2005 e R\$ 22.434 em 2004), com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 2.208 (R\$ 3.319 em 2005 e R\$ 2.778 em 2004). Os juros sobre o capital próprio compõem os dividendos de cada um dos exercícios apresentados.
Dividendos: o estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros da Administração à Assembleia Geral Ordinária é conforme segue:

Table with 4 columns: 2006, 2005, 2004, and a fourth unlabeled column. Rows include Lucro líquido do exercício, (+) Constituição de reserva legal, (-) Realização da reserva de reavaliação, Lucro passível de distribuição, Dividendos propostos, Juros sobre o capital próprio, Constituição de reserva de lucros, Dividendos propostos, Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte.

% Dividendos propostos
Em adição aos juros sobre o capital próprio de R\$ 26.110, a Companhia está propondo a distribuição de R\$ 31.158 à título de dividendos referente ao lucro líquido auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, conforme aprovação do Conselho de Administração em reunião de 7 de fevereiro de 2007, com previsão de pagamento de 5 de abril de 2007.

A Companhia, conforme Ata do Conselho de Administração de 13 de dezembro de 2006, aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 48.950, mediante utilização de Reservas de Lucros já constantes das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, aprovada pela Assembleia Geral de 29 de março de 2006, a serem pagos em 13 de fevereiro de 2007.

A reserva de lucros constituída no exercício será utilizada para suprir a necessidade de capital de giro e possibilitar investimentos destinados ao aumento e modernização da capacidade produtiva, introdução de novos produtos e investimentos em controladas, conforme plano de investimentos aprovado pelos órgãos da Administração a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária.

Oferta pública de ações e governança corporativa:
Em 7 de dezembro de 2006, foi divulgado fato relevante relativo à deliberação do acionista controlador Fenix Empreendimentos S.A. que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, declarou que votará favoravelmente em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser oportunamente convocada, quanto à autorização de eventual aumento de capital da Companhia com a emissão de novas ações, para distribuição no mercado, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, com o objetivo de capitalizar a Companhia para realização de investimentos. Em conexão com esta iniciativa, a Companhia planeja aderir aos conceitos de governança corporativa determinados pelo Novo Mercado regulamentado pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - Bovespa.

18. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia adota, desde 1995, programa que possibilita a distribuição aos empregados de até 15% do lucro da Companhia, limitado a 3 salários nominais de cada empregado. A distribuição é calculada proporcionalmente, com base nos resultados integrais da Companhia (75%), e de cada unidade de negócio (25%). São estabelecidas metas de produtividade, determinadas pela Diretoria a cada unidade de negócio que, quando atingidas, geram acréscimos nos valores a serem distribuídos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia aprovou a distribuição da referida participação nos lucros, no montante de R\$ 12.440 (R\$ 11.972 em 2005 e R\$ 10.639 em 2004). O saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2006 (vide Nota 14), no montante de R\$ 9.598 (R\$ 11.414 em 2005 e R\$ 10.254 em 2004) está demonstrado líquido de adiantamentos efetuados.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora aplicando-se as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004.

Table with 4 columns: 2006, 2005, 2004, and a fourth unlabeled column. Rows include Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social, Alíquota vigente (impostos e contribuição social), Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente, Reconciliação para a taxa efetiva, Equivalência patrimonial, Juros sobre capital próprio, Outras adições (exclusões), líquidas, Imposto de renda e contribuição social - corrente, Imposto de renda e contribuição social - diferido, Despesa de imposto de renda e contribuição social, Provisão do imposto de renda e da contribuição social na controladora, Alíquota efetiva da despesa de imposto de renda e contribuição social na controladora, Despesa de imposto de renda em controladas, Provisão do imposto de renda e da contribuição social no consolidado, Alíquota efetiva da despesa de imposto de renda e contribuição social no consolidado.

b) Composição das despesas e receitas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

Table with 8 columns: 2006, 2005, 2004, and three unlabeled columns. Rows include Corrente (item "a"), Diferido (item "c"), Total.

c) Crédito tributário do imposto de renda e da contribuição social diferidos
A Companhia reconheceu os créditos tributários decorrentes de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos sobre a totalidade das diferenças temporárias, por serem consideradas recuperáveis pela Administração, conforme comentado na Nota nº 2 (f), como segue:

Table with 8 columns: 2006, 2005, 2004, and three unlabeled columns. Rows include Diferenças temporariamente indedutíveis ativas, Ajustes a valor de mercado ou outros: Estoques - provisão para realização, Reintegração de máquinas, Investimentos, Ajustes a valor presente: clientes e fornecedores, Diferenças temporariamente indedutíveis passivas, Provisão para passivos eventuais, Comissões condicionadas, Tributos suspensos, Participação dos administradores, Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos, Corrente, Não corrente, (-) Saldo em 31/12/05, 31/12/04 e 31/12/03, Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício.

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pelos órgãos da administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes à performance da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda, alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não só do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2006, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante (vide Nota 9) é demonstrada a seguir:

Table with 4 columns: IRPJ, CSLL, Total, and a fourth unlabeled column. Rows include 2008, 2009, 2010, 2011.

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de Outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, nas modalidades de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Fundo Gerador de Benefícios (FGB), ambos da modalidade de contribuição definida.

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições despendido pela Companhia neste exercício foi de R\$ 3.111 (R\$ 4.108 em 2005 e R\$ 4.995 em 2004).

21. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques. É política da Companhia e controladas manter cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos, em montantes julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados. Em 31 de dezembro de 2006, a cobertura de seguros está assim demonstrada:

Table with 3 columns: Vigência, Valor da cobertura. Rows include Incêndio, vendaval e danos elétricos; Edificações; Máquinas e equipamentos; Estoques.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, os valores contábeis relativos aos instrumentos financeiros, substancialmente representados por aplicações financeiras, duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos, se aproximam do seu correspondente valor de mercado.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia são como segue:

Risco de taxa de câmbio: esse risco decorre da possibilidade da controladora e de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas se protegem desse risco mediante hedge natural, que se refere a existência de ativos e passivos em moeda estrangeira com a mesma proporção e liquidez. Em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004 a Companhia não possuía transações com derivativos.

Risco relacionado a aplicações financeiras: as aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações lastreadas por CDB, indexadas ao CDI, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha e com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Risco de taxa de juros: esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Risco de crédito - concentração: o risco de crédito é reduzido em virtude da diversificação da carteira de clientes e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco.

Risco relacionado às operações de Fimame fabricante: os passivos relacionados às operações de Fimame fabricante possuem como lastro os saldos de valores a receber - repasse fimame fabricante. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de aceleração de dívidas: conforme comentado na Nota 12, a Companhia possui contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (covenants) principalmente relacionadas ao vencimento antecipado por conta de diluição do controle acionário. Conforme mencionado na Nota nº 23 foi efetuada proposta pela Administração, a ser aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, de converter todas suas ações preferenciais para ordinárias, em decorrência da adesão ao Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa") A Companhia planeja obter uma carta de consentimento do BNDES com o objetivo de manter os vencimentos originais dos contratos de financiamento.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2007 a Administração da Companhia divulgou proposta para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 15 de fevereiro de 2007, cujos principais tópicos são:

- Reforma do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de adequar tal instrumento ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa.
• Desdobramento de ações, que tem por finalidade adequar o valor de cotação das suas ações, de maneira a ampliar o acesso de investidores individuais, diversificar a sua composição acionária e aumentar a liquidez de suas ações.
• Adesão ao Novo Mercado da Bovespa e Conversão de Ações Preferenciais ("PN") em Ordinárias ("ON"), com o objetivo de ampliar o potencial de liquidez e valorização de mercado, bem como estabelecer uma estrutura de capital que deverá facilitar o levantamento de recursos para financiar o crescimento da Companhia.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

As informações dos resultados por segmentos estão apresentadas em relação aos negócios da Companhia e de suas controladas, e foram identificadas com base na sua estrutura de atuação e gerenciamento, assim como nas informações gerenciais internas. As operações realizadas por segmentos de negócios apresentados foram baseadas em condições equivalentes ao mercado, de acordo com margem de lucro operacionalizada razoável pela Administração da Companhia.

Os resultados por segmento consideram as receitas, custos e despesas diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Conforme aceito pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações dos resultados por segmento de negócio estão sendo apresentadas de acordo com o SFAS 131, que introduziu o conceito de "visão gerencial" nas informações por segmento, as quais devem ter como base o processo interno utilizado pelos tomadores de decisão para avaliação de performance dos segmentos e para decidir como alocar recursos aos segmentos. O objetivo do SFAS 131 é que a informação por segmento seja apresentada na forma utilizada pelos administradores para a tomada de decisão. Entretanto, nos casos em que ocorram diferenças entre as informações por segmento e os relatórios contábeis, é necessária a apresentação de uma conciliação (vide abaixo, representada pela coluna de eliminações entre os segmentos) que compare os números disponibilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme apresentado a seguir:

Table with 8 columns: 2006, 2005, 2004, and three unlabeled columns. Rows include Máquinas ferramenta, Máquinas injetoras de plástico, Fundidos e usinados, Eliminações entre segmentos e outros, Receita operacional bruta, Impostos incidentes sobre vendas, Receita operacional líquida, Custos dos produtos e serviços vendidos, Transferências remetidas, Transferências recebidas, Receitas (despesas) operacionais: Vendas, Gerais e administrativas, Pesquisa e desenvolvimento, Honorários da administração, Tributárias, Resultado da equivalência patrimonial, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Estoques, Imobilizado, líquido.

Table with 8 columns: 2006, 2005, 2004, and three unlabeled columns. Rows include Máquinas ferramenta, Máquinas injetoras de plástico, Fundidos e usinados, Eliminações entre segmentos e outros, Receita operacional bruta, Impostos incidentes sobre vendas, Receita operacional líquida, Custos dos produtos e serviços vendidos, Transferências remetidas, Transferências recebidas, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais: Vendas, Gerais e administrativas, Pesquisa e desenvolvimento, Honorários da administração, Tributárias, Resultado da equivalência patrimonial, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Estoques, Imobilizado, líquido.

Table with 8 columns: 2006, 2005, 2004, and three unlabeled columns. Rows include Máquinas ferramenta, Máquinas injetoras de plástico, Fundidos e usinados, Eliminações entre segmentos e outros, Receita operacional bruta, Impostos incidentes sobre vendas, Receita operacional líquida, Custos dos produtos e serviços vendidos, Transferências remetidas, Transferências recebidas, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais: Vendas, Gerais e administrativas, Pesquisa e desenvolvimento, Honorários da administração, Tributárias, Resultado da equivalência patrimonial, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Estoques, Imobilizado, líquido.

Como informação adicional, as transações, receitas e custos das controladas referem-se substancialmente aos negócios da unidade fabril de máquinas-ferramentas, numa proporção aproximada de 90%, uma vez que o maior valor das operações é da controlada Romi Machine Tools, que atua neste segmento de negócio.

Table with 4 columns: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL, DIRETORIA. Rows include Américo Emílio Romi Neto, Carlos Guimarães Ghiti, Rafael Sales Guimarães, Roberto de Carvalho Bandeira, Antonio Nelson Naimé, Américo Emílio Romi Neto, Amaury Torres de Miranda, Adriana Romi, Patrícia Romi Cervone, Pedro Luiz Cerzve, Luiz Fernando Figueiredo, Paolo Guglielmo Bellotti, José Carlos Romi, Híqao Misawa, Giordano Romi Júnior, Paulo Romi, Sergio Roberto Novo - Diretor de Relações com Investidores.

CONTADOR - Clóvis Luís Padoveze - CRC 1-SP-127.014/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da Companhia Indústrias Romi S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 07 de fevereiro de 2007, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Santa Bárbara d'Oeste, 07 de fevereiro de 2007.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Indústrias Romi S.A. Santa Bárbara d'Oeste-SP
1. Examinamos os balanços patrimoniais da Indústrias Romi S.A. ("Companhia") e de suas controladas, controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústrias Romi S.A., controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, o resultado de suas

operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa (Anexo I) que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa, individuais e consolidadas, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, tomadas em conjunto.
Campinas, 7 de fevereiro de 2007
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Walbert Antonio dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 185597/O-4

